

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia

**A depressão é um sintoma social na contemporaneidade?**

Luciane De Carli Cieluck

Porto Alegre

**2016**

LUCIANE DE CARLI CIELUCK

A DEPRESSÃO É UM SINTOMA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE?

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Psicólogo, pelo  
Curso de Psicologia na Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Gageiro

Porto Alegre

2016

*Mas, onde o perigo cresce, cresce também o que salva.*

Friedrich Hölderlin

## Sumário

Apresentação **5**

1 Cultura gozosa e *pathos* **7**

2 A importância da tristeza ilustrada em uma animação **11**

3 O capitalismo como a(paga)dor do desejo **14**

4 Vida instantânea: o tempo cheio de vazios **19**

5 A subjetividade em *off* **24**

Considerações finais **30**

Referências bibliográficas **31**

## Apresentação

Estamos inseridos em uma cultura que preza a beleza, a magreza, a juventude, a inteligência, a esperteza, a eficiência, o bom humor... Vivenciamos a era do imediatismo, do abreviado. Queremos tudo para ontem, afinal tempo é dinheiro. E dinheiro é o nosso passaporte para o consumismo e, portanto, para a felicidade, é o que nos dita o discurso capitalista. Não temos tempo para sentir tédio e até mesmo para ter lazer, ou quando temos, nos culpamos por isso, afinal, podíamos estar fazendo algo mais produtivo ao invés de estar perdendo tempo e consequentemente dinheiro. Com isso, não temos chance de significarmos nossas vivências, pois o tempo é corrido e devanear é algo do passado. Vivemos atualmente no automático; num tempo todo preenchido de *vazios*, já que ele é apenas um somatório de instantes sem sentido. Não nos permitimos nos entristecermos, pois gozar e ser feliz é uma obrigatoriedade e não mais uma escolha. Além disso, abater-se implica a impossibilidade de produzir. Se não produzirmos somos tidos como inúteis dentro da lógica do sistema capitalista. Aliás, por que vamos nos permitir sofrer se existem as “pílulas da felicidade” em forma de antidepressivos para nos entorpecer? Sem contar que elas “resolvem” o problema de forma eficaz e rápida, basta engoli-las. Também não podemos esquecer que se não trabalharmos não podemos ganhar dinheiro e corremos o risco de sermos demitidos. Não ganhar dinheiro é a impossibilidade de consumir. Não consumir é não estar na moda! E se não estamos na moda não nos adequamos no cenário social, ou seja, não respondemos à demanda cultural. Isso por si só se torna fonte de muito “mal-estar”.

Procurou-se sintetizar o presente trabalho de forma breve para o leitor, já que as pessoas já não cultivam o que não pode ser abreviado, como bem escreveu Valéry. A ideia desse trabalho surgiu de fazer uma releitura do texto “Mal-estar na civilização” (1930) do Freud. Nesse escrito, o pai da psicanálise apresenta a tese de que a cultura produziria um mal-estar nos sujeitos na medida em que há um conflito entre as restrições da civilização e as exigências pulsionais dos seres humanos que acabam sendo

impossíveis de serem conciliadas. Em nossa atualidade, isto não é diferente e, de qualquer maneira, estamos expostos a condições específicas que nos colocam diante do mesmo sentimento de “mal-estar” que em outra época Freud formulou, contudo, sob circunstâncias específicas bem características de nosso tempo. Este estudo, então, parte da lógica de que o sujeito sofre ao não conseguir se ajustar à demanda social.

A depressão se configura como uma das modalidades de sofrimento predominantes no contemporâneo. Nesse trabalho, problematizou-se o cenário sócio-cultural como produtor da subjetividade depressiva. Analisar os modos de subjetivação da contemporaneidade associados à constituição do sujeito que sofre com a depressão é uma via de tentar compreender a organização dessa psicopatologia e de se pensar possíveis atendimentos a esses sujeitos.

Construiu-se este estudo a partir do viés psicanalítico, que enquanto teoria da constituição subjetiva nos fala dos modos de organização psíquica e de como os sintomas são produzidos na interação do psíquico com o social, ou seja, do ser humano com o outro. “Nessa perspectiva, nenhum sintoma singular se forma sem uma implicação do coletivo e o sintoma está situado numa zona de intersecção entre o mais íntimo do sujeito e o discurso universal do qual ele se inscreve” (Fèdida, 1988, 1999, 1998; Birman, 1997, 1999 como citado em Daniel & Souza, 2006, p. 122). Dessa maneira, pensar sobre a configuração da subjetividade que se expressa mediante a depressão demanda, inicialmente, compreender as articulações da constituição psíquica com o entorno social e cultural do ser humano. Ou seja, para entender esse fenômeno é necessário ir além dos discursos calcados na descrição dos sintomas.

Propõe-se através desse ensaio, portanto, discutir se os modos de vida atuais estão implicados com o aumento significativo dos diagnósticos de depressão. Assim como para Freud a histeria se fez sintoma social em resposta àquela cultura extremamente conservadora, seria possível pensar a depressão pelo mesmo viés no contexto atual? Isto é, a depressão é o “mal-estar” contemporâneo?

Fez-se difícil fazer o recorte da temática a ser desenvolvida. Há tanto a ser pesquisado, questionado e refletido. É nesse sentido que essa escrita se configura como um pequeno recorte, uma vez que não se fez possível abarcar tudo que se pretendeu. Mas a Psicanálise é sábia e verdadeira em afirmar que sempre falta.

## Cultura gozosa e *pathos*

### Sexto Pecado

Tão simpático que irrita!  
Dá bom dia, empolgado.  
Veste-se com roupa bonita  
E trabalha bem-humorado.

Atende com educação,  
E nada sua rotina estraga.  
Ajuda com satisfação...  
Que ódio daquela praga!

E eu, com olhar opaco,  
E com a paciência por um triz,  
fico pensando: Que saco!  
Dá pra ser menos feliz?

Giovana Carla Silva Oliveira  
(poema no ônibus)

Observa-se que os modos de vida atuais negam a tristeza e exaltam a felicidade. O sujeito atual nega a dor, seja na relação que mantém com o próprio sofrimento ou naquela que interage com o sofrimento do outro, uma vez que sua subjetividade é hoje caracterizada pelo hedonismo, pelo imperativo de gozo. O sofrimento não é bem-vindo, ele não está na moda, a regra vigente é ser feliz, custe o que custar.

Birman (2006) faz uma diferenciação interessante entre *dor* e *sofrimento*. Para esse autor, o mal-estar se caracteriza principalmente como dor e não como sofrimento.

A subjetividade contemporânea não consegue transformar dor em sofrimento, estando aqui a sua marca diferencial. [...] É preciso reconhecer que a dor é uma experiência em que a subjetividade se fecha sobre si mesma, não existindo lugar para o outro no seu mal-

estar. Assim, a dor é uma experiência *solipsista*, restringindo-se o indivíduo a si mesmo, não revelando nenhuma dimensão alteritária. (pp. 190-191)

O modo de subjetivação contemporâneo se evidencia como essencialmente narcísico, não se abrindo para o outro, de forma a fazer um apelo, “isso porque pega mal precisar do outro, pois isso revelaria as falhas do demandante. Na cultura do narcisismo, as insuficiências não podem existir, já que essas desqualificam a subjetividade, que deve ser auto-suficiente”, escreve Birman (2006, p. 192). Ocorre, entretanto, que o sofrimento é alteritário porque o outro está sempre presente em sua subjetividade sofrente, já que é a ele que se dirige com seu apelo. Por isso sua dimensão de alteridade, “na qual se inscreve a interlocução da experiência do sofrimento” (Idem, p. 192). Dessa forma, a subjetividade é reconhecida como não sendo auto-suficiente, como na dor. Tavares (2010) afirma:

Em uma sociedade em que o sofrer é desnecessário e na qual, quando este ocorre, pode ser imediatamente medicado e calado, os sujeitos que padecem desses “mal-estares” acabam sendo estigmatizados como culpados pelo insucesso na vida social, fruto de seus sofrimentos. Sofrer, hoje em dia, é sinônimo de vergonha. (p. 62)

A negação da dor, porém, não diz que ela de fato não exista ou que seja amenizada. Ao contrário, a dor excluída é ela mesma fonte de dor. E hoje, aquele que não consegue ser feliz é visto como fraco e merecedor de culpa, o que intensifica ainda mais o seu sofrer, não abrindo espaço para reelaborar essa tristeza. O sujeito fica preso, então, nesse círculo vicioso em que sofre por suas questões singulares e se vê impossibilitado de pedir ajuda ao outro para uma tentativa de elaboração de sua tristeza, já que o sofrido é visto como um fracassado e sua tristeza incomoda os demais.

Kehl (2009) sustenta que a depressão tem caráter de sintoma social na medida que o sujeito “sente-se culpado por não ter sido capaz de corresponder aos ideais contemporâneos”. O indivíduo culpa-se por se entristecer, entristece-se por se culpar. É nesse sentido que a depressão se intensifica enquanto *pathos* evidenciando um sintoma social. Os depressivos

veem sua solidão agravar-se em função do desprestígio de sua tristeza. Se o tédio, o *spleen*, o luto e outras formas de abatimentos são malvistas no mundo atual, os depressivos correm o risco de ser discriminados como doentes contagiosos, portadores da má notícia da qual ninguém quer saber. (Kehl, 2009, p. 22)

A partir dessas postulações questiona-se: como algo que é inerente da própria condição humana, como a tristeza, tornou-se inadequada culturalmente ou em termos *capitalísticos* saiu de moda? Por que a nossa cultura supervaloriza os prazeres? Segundo Queiroz & Pinheiro (2006, p. 94), “essa supervalorização enuncia-se como uma via que exalta e aceita o prazer de cada um, não apenas como forma de encontro com a felicidade, mas também como uma espécie de direito adquirido”. Posto que, em Freud, o “mal-estar na civilização” estava ligado ao excesso de repressão sexual que a cultura vigente, fortemente puritana, exigia. E foi a partir dessas questões que o pai da psicanálise criou sua teoria de que a repressão sexual se apresentava como elemento central nos conflitos psíquicos, especialmente quanto a etiologia da histeria, que era a doença símbolo daquela cultura extremamente conservadora. Mas hoje depois da revolução sexual em que o prazer não é mais proibido e sim incentivado podemos então considerar que “a felicidade hoje está a nossas portas, numa sociedade que estaria, enfim, curada do sintoma?” (Melman, 2003, p. 192). Será possível pensar esse fenômeno, hoje, na direção inversa? Ou seja, o enfraquecimento do recalque também poderia contribuir para outros tipos de sofrimentos na medida que o sujeito não consegue dar conta do excesso pulsional impelido pela cultura do imperativo de gozo?

Ribeiro (2010) responde a essa pergunta fazendo uma comparação entre os determinantes sociais referentes ao tempo contemporâneo de Freud com os dias de hoje. O autor ressalta que no início do século passado, vivia-se uma época de restrições e muito trabalho, uma vez que a Revolução Industrial ainda não produzira seus efeitos. “Eram tempos de controle do gozo” (André, 1996 como citado em Ribeiro, 2010, p. 120). Já na atualidade, com o desenvolvimento do capitalismo,

a situação se inverte: é necessário aumentar o consumo para sustentar o crescimento da produção e do mercado. As formações discursivas tradicionais são substituídas pelos discursos midiáticos hegemônicos, que afirmam como valor o gozo dos objetos, que passa a ser sinônimo de sucesso e felicidade. Dessa forma, passou-se do controle do gozo para

o imperativo de gozo. Só essa constatação já seria suficiente para fazer-nos supor que essas duas sociedades (a do século XIX e a do século XXI) tendem a produzir conflitos psíquicos distintos. (Ribeiro, 2010, p. 120)

Para esse psicanalista, em resposta a essas mudanças sociais que implicam outros modos de constituição subjetiva – já que existe uma relação indissociável entre o ser humano e a cultura - surgem novas patologias como estratégias de dar conta desse excesso pulsional. Os sofrimentos mais comuns nos dias de hoje tendem a se desenvolver a partir de um excesso de possibilidades, e não de uma profusão de proibições. Dentre essas novas patologias encontram-se as depressões, as toxicomanias, os transtornos alimentares, a síndrome do pânico e os fenômenos *borderline*. Esses quadros clínicos não se ajustam bem a nosografia psicanalítica clássica, tanto por manifestarem características de mais de uma dessas estruturas subjetivas, como por estarem presentes em sujeitos com diferentes estruturas (p. 122).

Kehl (2009) afirma que: o que o Outro exige do sujeito contemporâneo é sempre que ele goze. E, ao contrário do que possa parecer, uma cultura regida por imperativos de gozo, “só faz tornar essa exigência, promovida a condição organizadora do laço social, ainda mais angustiante e opressiva para os sujeitos” (p. 94). Porque o sujeito não é poupado da culpa neurótica em relação ao supereu (instância psíquica que exige que o sujeito goze, ao mesmo tempo que o proíbe de gozar). Na verdade,

essa culpa torna-se ainda mais impagável sob tais condições, em que os ideais parecem não exigir mais do que o usufruto dos prazeres do presente, o cultivo do corpo e o consumo. O sujeito culpado não leva em conta, porque não sabe disso, a impossibilidade de responder ao gozo ao qual é convidado ou, do ponto de vista do supereu, lhe é exigido. O sentimento de insuficiência, o medo de perder o amor dessa instância que representa, no psiquismo, a esperança de recuperar a fatia de narcisismo e a porção de gozo torna os neuróticos candidatos à depressão. (Idem, p. 95)

O imperativo de gozo que advém do social e a negação do sofrimento, portanto, não fazem com que as pessoas sejam mais felizes. Ninguém, aliás, está dispensado do sofrimento na medida que não estamos imunes às frustrações e às perdas durante a nossa vida. É a partir do significante da falta, inclusive, que nos constituímos inconscientemente

como seres desejanter no viés da Psicanálise. Além disso, o sofrimento psíquico tem um propósito: funciona como um alarme; evidenciando que algo está exigindo elaboração/simbolização. E ao apontar esse desconforto subjetivo tem-se indícios do desejo também, porque o desejo é o desconforto máximo. Se não há desconforto, não há desejo, posto que o desconforto quer dizer que não há o que se deve, que não é como deve..., afirma Melman (2003, p. 59).

### **A importância da tristeza ilustrada em uma animação**

No ano passado, a DisneyPixar lançou um longa de animação, intitulado *Divertida Mente* (*Inside Out*), que ilustra de forma lúdica como as emoções influenciam nossos pensamentos e atitudes. O filme é protagonizado por uma garota de 11 anos, a Riley, que mora com seus pais e de repente tem que se mudar de cidade devido ao fato de seu pai ter trocado de emprego.

As cenas se passam dentro e fora da perspectiva do cérebro da menina em que cada emoção é um personagem. São eles: a Alegria, a Tristeza, o Medo, a Raiva e o Nojo, que juntos trabalham na central da mente da garota.

No início da animação, a Alegria era quem comandava mais, impedindo, inclusive, que os demais sentimentos se manifestassem. A vida de Riley estava indo muito bem na cidade em que ela morava. Riley mostrava-se ser uma menina alegre e bem-humorada. Ao se mudar de cidade, porém, tem que lidar com várias adversidades tais como a casa nova não ser do jeito que ela esperava, uma nova escola em que ela não consegue se enturmar com os colegas, a saudade e a distância dos amigos de sua outra cidade, a dificuldade de resgatar seu passatempo (jogar hóquei), e assim por diante. Situações essas que fazem a Alegria perder o controle da vida da garota por conta de alguns incidentes que ocorrem ao longo da história fazendo com que ela e a Tristeza saiam do controle do cérebro. Com isso, a Raiva, o Nojo e o Medo assumem o comando fazendo com que Riley experimente mais dessas emoções, que até então eram menos comuns em sua vida. Em meio a vários acontecimentos, a Alegria e a Tristeza, que foram explorar outras áreas do cérebro, encontram o amigo imaginário da infância da garota (Bing Bong)

e percebem que ele está triste porque não é mais lembrado por ela. A Alegria, então, tenta animá-lo como de costume com suas brincadeiras e entusiasmo, mas não obtém sucesso. A Tristeza entra em cena em seguida e conversa com Bing Bong de forma empática dizendo que o compreende. Ele, desse modo, chora e a abraça e após isso diz estar se sentindo melhor. A Alegria fica surpresa e questiona como a Tristeza fez aquilo e ela responde que apenas o escutou. A Alegria, com isso, começa a se dar conta que a Tristeza tem habilidades que ela não tem e com isso percebe que ela também é importante na vida da garota. Mas é ao rever uma lembrança feliz da menina que a Alegria percebe que sem a Tristeza Riley não pode ser feliz. Nessa lembrança, a garota aparecia sendo aclamada pelos seus amigos. Mas a Alegria se dá conta que isso só aconteceu porque momentos antes Riley estava chorando por ter perdido um campeonato de hóquei e seus pais haviam conversado com ela e os amigos tinham tentado animá-la. Desse modo, a Alegria entendeu que só houve aquele momento de felicidade registrado na lembrança porque antes disso Riley pode vivenciar sua tristeza e frustração. E foi através da expressão de suas emoções e de seu choro que os pais perceberam que ela precisava de ajuda. E após isso, vivenciou o momento de felicidade com os amigos, lembrança essa de grande apreço para a Alegria.

Depois disso, a Alegria retorna à central do cérebro e coloca a Tristeza para exercer sua função num momento em que Riley está completamente perdida, inclusive, tinha tentado voltar sozinha para sua antiga cidade. Ao chegar em casa, a garota se permite chorar e dizer aos pais o quanto ela está triste e insatisfeita com a nova cidade. Então, seus pais se sentem autorizados a falar do quanto eles também estão sofrendo com as mudanças e assim os três podem se abraçar, dividir seus sentimentos e vivenciá-los de forma completa, sem negações. Esse momento de cumplicidade familiar faz com que Riley retome sua relação com os pais e isso já causa uma melhora em seus sentimentos. E é apenas a partir daí que eles conseguem pensar em formas de enfrentar a situação, já que ela não pode ser evitada.

Escolhi esse filme porque ele ilustra significativamente as discussões propostas nesse trabalho. Lanço algumas questões, assim, para refletirmos sobre os modos de vida atuais implicados na nossa cultura. Dentre as críticas do filme, uma das discussões em pauta era se essa animação era realmente para crianças. Não sobra dúvidas de que é um filme infantil, aliás, abrange para as demais etapas da vida, pois traz reflexões importante quanto à cultura do imperativo de felicidade. O filme aborda, de forma muito bela,

sensível e bem-humorada, a importância das emoções, inclusive e principalmente as ditas negativas.

A personagem Tristeza tem a aparência de uma pessoa mais velha, usa roupa mais clássica e fechada, usa óculos, é de estatura baixa e é mais gordinha que as demais personagens enquanto que a Alegria usa uma roupa descolada, jovem e atraente. Além do que a Tristeza passa o filme todo chorando, lamentando-se e se desculpando e a Alegria sempre está motivada, feliz e sorridente. A Alegria parece representar o estereótipo cultuado nos dias de hoje: pessoas belas, jovens, bonitos, magras, atraentes e que estejam sempre empolgados e bem-humorados. Isso ilustra que há na atualidade, de fato, uma supervalorização da alegria e uma negação da tristeza.

É notável que Riley se sente na obrigação de ser feliz para agradar seus pais. Em um determinado momento do filme, a mãe de Riley a elogia por ela continuar sendo aquela menina alegre e brincalhona de sempre apesar dos contratempos tais como o caminhão de mudanças atrasar. Ela também pede à filha que continue sendo assim para ajudar o pai que está com problemas no trabalho. Em função disso, a menina parece sofrer mais ainda com as adversidades que ela está enfrentando, tanto é que ao se apresentar para a turma do colégio chora ao lembrar da cidade em que vivia. E não conta isso aos pais porque não quer decepcioná-los lhes dizendo que está passando por dificuldades para se adaptar à nova cidade. Isso fica evidente quando volta para casa após tentar fugir de casa e pede aos pais para “não fiquem bravos com ela” ao dizer que sente falta da antiga cidade. Os pais ao escutarem isso a acolhem de forma empática dizendo que eles também sentem saudade. Ao se libertar dessa “obrigação” de ser feliz e se permitir contar aos pais sobre coisas que supostamente o decepcionariam e deixariam zangados, Riley consegue chorar e pedir ajuda aos pais para enfrentar essa situação nova e difícil. Por essa razão, essa animação infantil não é só para crianças de fato, porque também traz reflexões consideráveis sobre a postura dos pais frente à tristeza dos filhos. Inclusive, a ideia do filme partiu de uma experiência do diretor da animação com sua filha que sempre foi uma garota feliz, mas ao entrar na pré-adolescência começa a ficar mais isolada e quieta. Depois de buscar ajuda, ele conclui que mesmo que desejasse que sua filha fosse sempre feliz, era necessário deixá-la passar por isso para ajudá-la no seu processo de amadurecimento.

Diana Corso escreveu em uma coluna do jornal Zero Hora sobre esse filme. A autora defendeu a importância de crianças e pais se permitirem entristecerem em momentos em que a vida exige isso. Corso (2015) escreve:

é fundamental para as crianças ver seus conflitos psíquicos tratados com empatia e seriedade. É um alívio ver seus pais recebendo desse filme a lição de que elas têm direito à tristeza e não precisam bancar os bobinhos da corte. O dever de ser feliz e de gozar a vida é um fardo para a infância contemporânea. Como lucro suplementar, verão que, por dentro, é comum que os adultos tenham as mesmas minhocas, pois elas percebem nossas fragilidades. É como no teatro infantil: não adianta enganar ou ser falsamente simplório, seja verdadeiro e elas aplaudirão.

O filme, desse modo, transmite a mensagem de que a tristeza é fundamental para elaborar situações difíceis e, portanto, essencial para ser feliz. Para se adaptar à nova cidade, Riley necessitava viver o luto de perder sua antiga casa, seus amigos, sua escola e seu time de hóquei e para isso precisava pedir ajuda aos pais. A mesma ideia é mostrada na cena em que Bing Bong só consegue seguir em frente depois de ter colocado em palavras e ter chorado desabafando sua tristeza por ter sido esquecido por Riley. Nas duas situações, a tristeza é mostrada como necessária para superar perdas e conseqüentemente seguir em frente na vida.

## **O capitalismo como a(paga)dor do desejo**

Introduzo esse capítulo com o *slogan* da Coca-Cola: abra a felicidade. Só com isso já é possível fazer várias reflexões quanto aos modos de subjetivação que o capitalismo implica. Uma delas é que a Coca-Cola não é qualquer empresa; é uma das empresas que pode ser pensada como símbolo do sistema capitalista por sua influência mundial. Para termos uma ideia disso é só pensarmos que a figura que conhecemos hoje do Papai Noel em seu traje vermelho e branco foi inventada e difundida por essa empresa. Ou seja, a Coca-Cola conseguiu incorporar na nossa tradição uma figura publicitária. Não é disso que se trata essa discussão, entretanto. O *slogan* em questão ilustra bem o quanto a cultura

do hedonismo está intrinsecamente associada ao consumismo. O produto exemplificado aqui é uma bebida, mas sua publicidade não fala de sabor ou de outras coisas que se poderia abordar para vender tal produto. O que a propaganda transmite é que o consumo de tal produto traz felicidade. De forma nua e crua: é só abrir a lata ou a garrafa e serás contemplado pela felicidade. Se nosso dever, segundo a cultura do imperativo de gozo, é ser feliz e uma empresa oferece isso de forma fácil e barata é possível pensar que aí há um casamento perfeito. Segundo Baudrillard (1981 como citado em Fortes, 2009, p. 1127), a aquisição dos objetos na nossa sociedade traduz-se pela ilusão de que o consumo pode preencher a demanda de felicidade.

Mas não é só a propaganda da Coca-Cola que tenta nos seduzir com seu discurso que casa com a cultura do gozo. Somos bombardeados, diariamente através dos meios de comunicação de massa, dos *outdoors* ou dos panfletos que quase nos obrigam a pegar ao caminharmos na rua ou enquanto aguardamos o semáforo abrir. Neles encontramos, não raramente, as últimas novidades que podem nos deixar mais alegres, jovens, saudáveis, eficientes, bonitos e com o corpo escultural, quesitos esses da cultura em vigor. Desse modo, “como resistir a tantas propostas rápidas e diretas para se atingir o bem-estar?”, questionam Queiroz & Pinheiro (2006, p. 107).

É possível notar que as ofertas de consumo citadas dizem respeito, em sua maioria, a características subjetivas, isso porque nas palavras de Livingstone (como citado em Bauman, 2008, p. 152), “a forma mercadoria penetra e transforma dimensões da vida social até então isentas de sua lógica, até o ponto em que a própria subjetividade se torna uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado”.

Mesmo que algum desses produtos, porém, funcionasse do modo esperado, a satisfação não duraria muito, pois no mundo dos consumidores as possibilidades são infinitas, e o volume de objetos sedutores à disposição nunca poderá ser exaurido.

As receitas para a boa vida e os utensílios que a elas servem têm “data de validade”, mas muitos cairão em desuso bem antes dessa data, apequenados, desvalorizados e destituídos de fascínio pela competição de ofertas “novas e aperfeiçoadas”. Na corrida dos consumidores, a linha de chegada sempre se move mais veloz que o mais veloz dos corredores. (Bauman, 2001, pp. 85-86)

É usual nos dias de hoje, por exemplo, ouvirmos as pessoas que não são adeptas a comprar aparelhos eletrônicos de última geração reclamarem que, em um tempo relativamente curto de uso, o produto perdeu sua eficiência ou até mesmo deixou de funcionar completamente. E mesmo se a pessoa ter a sorte de ser contemplada com um aparelho que siga funcionando por um tempo um pouco mais prolongado, possivelmente isso se tornará uma piada, principalmente dentre o público jovem que segue à risca essas tendências tecnológicas. É algo cômico se analisarmos que já é sabido que há essa dimensão de descartabilidade que conseqüentemente incita a lógica do capitalismo de se estar sempre consumindo freneticamente. Ressalta-se com esse exemplo, entretanto, que mesmo que uma rara pessoa por qualquer razão que seja não queira comprar o equipamento eletrônico recém lançado, em pouco tempo, ela será obrigada a consumir um novo. Porque eles são “programados” para estragarem ou se tornarem obsoletos em um tempo relativamente curto, se formos considerar que são aparelhos eletrônicos. Ou mesmo que estraguem, não raramente, é mais barato comprar um novo do que mandar consertar. Numa sociedade de consumidores o verdadeiro ciclo econômico é o do “compre, desfrute, jogue fora”.

Hoje temos ao nosso dispor uma variedade infinita de bens de consumo, uns superando os anteriores antes mesmo que os primeiros encontrem sua própria inutilidade pelo excesso de uso. Aliás, a característica fundamental da nossa atualidade pós-moderna é que não se visa, como outrora, uma alta e desejada durabilidade das coisas. Ao contrário, a mensagem transmitida é a mensagem da maleabilidade e flexibilidade, alcançando assim uma velocidade estonteante de sucessivas substituições de produtos ao menor sinal de alguma novidade. (Tavares, 2010, p. 49)

É importante pontuar, todavia, que consumir não é uma tarefa tão fácil quanto parece. Hoje em dia, até escolher um sabonete não é difícil, uma vez que o mercado se expandiu assustadoramente gerando possibilidades infinitas. Antigamente, existia poucas variedades de um mesmo produto, já nos dias de hoje existe sabonete para todos tipos de pele, de vários perfumes, de vários tamanhos, de vários formatos... Se um produto simples e de uso de higiene pessoal já é difícil de escolher, o que dirá de produtos com tecnologias complexas. A questão é que esse excesso torna-se sufocante para o consumidor que por mais que se esforce em sua escolha carregará sempre um sentimento de dúvida com

relação às aquisições que fizera. “Diante de possibilidades mil, nenhuma garantia é totalmente confiável e suas escolhas se exercem sempre de forma titubeante” como cita Tavares (2010, p. 50).

Nessas condições, o consumidor acaba convivendo com uma cota de angústia pelo excesso de ofertas e pela obrigatoriedade em comprar, que na cultura do consumismo são tomados como escolha e liberdade. Afinal, quem está no controle é você, consumidor. “E no comando você deve estar: a *escolha* pode ser sua, mas lembre-se de que *fazer uma escolha* é obrigatório”, conforme postula Bauman (2008, p. 110). Escolher tornou-se um dever disfarçado de privilégio.

Ao passo que os consumidores servem-se da ampla liberdade de escolha e esbaldam-se na aquisição nunca suficiente de mais e mais produtos, na mesma proporção das aquisições o sentimento de mal-estar e incompletude perpetuam-se. Em meio às ofertas vindouras no ritmo velozmente vertiginoso, a produção das pseudonecessidades é incessante, ao tempo que suas realizações, de forma completamente satisfatória, são sempre impossíveis. (Tavares, 2010, p. 51)

Bauman trabalha com a ideia de modernidade líquida ao se referir às mudanças rápidas e constantes de diversos aspectos da vida social. Para esse autor, as relações humanas obedecem a mesma lógica do consumismo, em que se prevalece o desapego, a versatilidade em meio à incerteza e a ordem constante de um “eterno recomeço”. Nessa nova organização social, as pessoas se tornam promotores de mercadorias e também as próprias mercadorias. Os relacionamentos nos dias de hoje não visam à durabilidade e o compromisso. Ao se evitar o comprometimento com o outro se deixa em aberto as possibilidades e dessa forma é possível obter o visado prazer imediato e livre de consequências. Não se faz mais necessário conhecer a outra pessoa, saber sobre sua história pessoal bem como sua profissão e seus planos, tudo isso tornou-se desnecessário e até mesmo algo a ser verdadeiramente evitado. “Em uma modalidade de relacionamentos cuja prioridade é vivenciá-los instantaneamente e sem consequências, saber algo sobre o outro é uma ameaça à liberdade individual” (Tavares, 2010, p. 51). Demonstrar intenção de aprofundar laços afetivos, na verdade, passou a ser motivo de certa vergonha diante da sociedade consumista que incita relacionamentos supérfluos.

Nessa lógica, o outro passa a ter a conotação de um objeto que representa e concretiza a realização de um prazer imediato e fugaz: um gozo. A busca pelo prazer insaciável submete o outro ao *status* de mercadoria, que logo se tornará obsoleto, ou seja, rapidamente descartável como os bens de consumo. O outro é rapidamente esquecido logo após o envolvimento oportuno. Afinal, é sempre mais fácil e conveniente buscar o novo do que consertar o antigo. Dessa maneira, incentiva-se a busca por novas relações passageiras, por novidades, ao invés de relacionamentos duradouros que demandam esforço. Além do que, em envolvimento amorosos corre-se o risco de sofrer, o que é desincentivado na atualidade.

A criação de um relacionamento bom e duradouro”, em total oposição à busca de prazer por meio de objetos e consumo, “exige um esforço enorme” – um aspecto que a “relação pura” nega de forma enfática em nome de alguns outros valores, entre os quais não figura a responsabilidade pelo outro, fundamental em termos éticos. [...] O amor, podemos dizer, abstém-se de prometer uma passagem fácil para a felicidade e a significação. Uma “relação pura” inspirada por práticas consumistas promete que essa passagem será fácil e livre de problemas, enquanto faz a felicidade e o propósito reféns do destino – é mais como ganhar na loteria do que um ato de criação e esforço. (Bauman, 2008, pp. 32-33)

Relacionar-se com alguém passou a ter uma conotação de se relacionar com coisa qualquer. O que prevalece na contemporaneidade é a lei do desapego, assim como não se deve se apegar às coisas porque em pouco tempo tem-se que as substituir por outras mais modernas e eficientes, como nos dita o discurso capitalista, os relacionamentos, do mesmo modo, passam a seguir essa mesma lógica. É nos ensinado que para acompanhar a sociedade de consumo temos que aprender rápido e esquecermos mais avidamente. Acima de tudo, o que importa é estar em movimento. O tempo líquido-moderno, como postula Bauman, é caracterizado como pontialhista, marcado por rupturas e descontinuidades. Nele há possibilidade aleatórias, ou seja, trata-se de uma concepção da história como processo aberto e não determinado em que o que importa é o agora. Nesse sentido, projetos duradouros não são bem quistos e tudo que se enlaça em um tempo prolongado “representa um atraso se comparado à dinâmica excessivamente veloz do restante da sociedade” (Tavares, 2010, p. 55).

Dizer “desejo” talvez seja demais. É como num shopping: os consumidores hoje não compram para satisfazer um desejo [...] compram *por impulso*. Semear, cultivar e alimentar o desejo leva tempo (um tempo insuportavelmente prolongado para os padrões de uma cultura que tem pavor em postergar, preferindo a “satisfação instantânea”). O desejo precisa de tempo para germinar, crescer e amadurecer. [...] O tempo necessário para o investimento no cultivo do desejo dar lucros parece cada vez mais longo – irritantemente e insustentavelmente longo. (Bauman, 2004, p. 26)

As relações estabelecidas por essa lógica do capitalismo se apresentam predominantemente como uma oportunidade de exploração do outro. São “relações vazias de sentido e significados cujos vínculos são, na maioria das vezes, frágeis, supérfluos e meramente ocasionais” (Tavares, 2010, p. 56).

A partir dessas considerações, pode-se pensar que o ser humano vive atualmente satisfazendo fugazmente suas falsas necessidades acreditando que isso é a condição necessária para o sucesso e felicidade, “talvez até para a dignidade humana” (Bauman, 1998, p. 56). O discurso capitalista se constitui de excessos em que o sujeito se submete na tentativa de suprir seu vazio existencial. Logo, o consumo se transformou numa compulsão em que se compra mesmo que não se precise e nem se tenha tempo para usufruir. A lógica do capitalista, assim, vem a calhar com a cultura do imperativo de gozo uma vez que as pessoas não têm que se a ver com a castração, o limitante do gozo, já que essa ideologia prega que não há necessidade de nos limitarmos. Com isso, tenta-se tamponar a falta, refiro-me àquela que constitui o sujeito desejante, através desses excessos. O consumismo ilimitado, desse modo, lança o sujeito não mais em uma organização em torno de algo que falta, mas pela presença acessível do objeto de gozo (Melman, 2003 & Chemama, 1997 como citado em Cougo & Tfouni, 2011, p. 1212). E, com isso, o sujeito é afastado do seu desejo.

### **Vida instantânea: o tempo cheio de vazios**

Parece correto dizer que nada nos define melhor, como seres humanos do presente, do que nossa incapacidade de permanecer mentalmente “atualizado” no que se refere ao progresso dos nossos produtos, ou seja, controlar o ritmo de nossa própria criação e reaver

no futuro (que chamamos de nosso “presente”) os instrumentos que tomaram conta de nós... Não é totalmente impossível que nós, que fabricamos esses produtos, estejamos a ponto de criar um mundo cuja velocidade não podemos acompanhar e que vai exceder por completo nossa resistência emocional, assim como estará além da capacidade de nossa responsabilidade. (Günther Anders como citado em Bauman, 2008, pp. 189-190)

O tempo é uma constante; transcorre de forma contínua e invariável. Nos dias de hoje, entretanto, temos, não raramente, a sensação de que o tempo passa muito rápido. Já se tornou até um jargão todo fim de ano as pessoas dizerem que o ano passou “voando”. Mas o fato é que o tempo segue na mesma velocidade desde sempre, o que se muda com as épocas e culturas é o sentido que o ser humano atribui a ele. O tempo, portanto, é uma construção social (Kehl, 2009, p. 111).

O tempo veloz que conhecemos hoje é efeito dos avanços do capitalismo. Antes a dimensão da temporalidade era marcada por recursos locais, tais como o tempo de uma comunidade ou de um ciclo agrícola, por ritos religiosos, pelas horas de luz do dia e pelas estações do ano. Com a implantação desse sistema econômico, todos esses tempos foram submetidos a uma espécie de *mundialização do tempo*. Os tempos regionais perderam lugar para o tempo global, já que o tempo do mundo é dado pelo capital, que não tem fronteiras. “É o capital que circula pelo mundo inteiro. É o capital, então, que produz um tempo mundial; e é um tempo sem relevo porque ele não respeita as regiões, as especificidades etc. É um tempo homogêneo, linear. [...] Esse é o tempo mundializado de um capital mundial” (Pelbart, 1995, p. 62).

E como já visto, o tempo do capitalismo é acelerado e instantâneo. “A instantaneidade [...] faz com que cada momento pareça ter capacidade infinita; e a capacidade infinita significa que não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento – por mais breve e “fugaz” que seja. [...] É instantâneo para ser usado no ato e descartado imediatamente”, como cita Bauman (2001, p. 145). A vantagem do que é instantâneo está em poder desfrutar das gratificações e evitar as consequências e particularmente as responsabilidades que essas consequências podem implicar (Idem, 2001, p. 148). Para esse mesmo autor, na modernidade fluída o “longo prazo” perde lugar para o “curto prazo”. Valoriza-se hoje um presente contínuo e fugaz em que não existem condições de perpetuar coisa alguma, “a síndrome consumista degradou a duração e elevou a efemeridade” (Bauman, 2008, p. 111). A nossa construção de tempo é pautada

pela lógica do mercado, ou seja, um tempo acelerado em que mal conseguimos acompanhar.

Pode-se aguardar ansiosamente a próxima aquisição ou a tão atraente nova possibilidade, embora ainda se tenha em mãos a conquista anterior e mesmo que ainda não se tenha colhido devidamente os frutos desta. [...] Um cenário em que a novidade se esvai antes mesmo de amadurecer. (Tavares, 2010, p. 31).

O sistema capitalista incita o consumo frenético e desenfreado. Não se consome só o produto em questão, compra-se também a marca, o estilo, o *status* e a novidade. E com isso, compra-se a última tendência, que é o passaporte para aceitação social e conseqüentemente para o sucesso. Não é a toa que a moda hoje é ostentar! Para isso, entretanto, é necessário ter poder aquisitivo. Em função disso, é comum trabalhadores aumentarem suas jornadas de trabalho para ganhar mais dinheiro e finalmente comprarem aquilo que as propagandas e demais ferramentas de vendas lhe fazem acreditar que necessitam. A cultura consumista consiste na negação enfática da procrastinação e da possível vantagem de se retardar a satisfação, ou seja, consumir se tornou urgente. Trabalhando-se mais sobra menos tempo para se desfrutar de momentos em família, por exemplo. Mas essa situação é facilmente resolvida através da compra de um presente para as pessoas amadas para compensar o tempo extra gasto no trabalho. As relações, desse modo, tornam-se materializadas e vazias.

Numa declaração famosa, Benjamin Franklin proferiu a famosa frase em que afirma que tempo é dinheiro. Mais tarde, John Kennedy incitou aos cidadãos norte-americanos a usarem “o tempo como ferramenta, e não como sofá”. A dimensão temporal que estamos familiarizados hoje segue esses princípios, acompanha a lógica do Taylorismo, inclusive. Otimizar o tempo se tornou mais do que necessário, tornou-se um meio de sobrevivência. É tanta coisa para se fazer, tanta informação para se absorver, tanta produtividade a se vencer, tanta meta a se bater que o tempo passou a ser precioso demais para desperdiçá-lo com qualquer outra atividade que não renda produção e por consequência dinheiro. Ousa-se dizer que a frase Descartiana adaptada ao nosso tempo seria: produzo, logo existo, uma vez que não produzir é se inutilizar na lógica capitalística. E “nada causa mais escândalo, em nosso tempo, quanto o tempo vazio”, afirma Kehl

(2009, p. 125). Ou seja, é preciso eliminar o tempo “improdutivo”, ocioso e vazio e, portanto, desperdiçado (Bauman, 2001, p. 131).

O sujeito vive hoje imerso num tempo urgente em que é alienado a produzir para consumir, com isso, já não tem mais tempo para nada, talvez nem para viver já que não consegue significar suas vivências e, portanto, sua existência. Alucinado pelo discurso capitalista, vive em um ritmo apressado querendo curtir a vida ao máximo sem se dar conta que se encaminha para a morte de aquilo que mais poderia lhe dar satisfação: o desejo.

O homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, no tempo contado em décimos de segundo, que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as mesmas da velocidade e da pressa. [...] Em tais condições, sofre-se a falta do “tempo de compreender”, a partir do qual o sujeito do desejo pode emergir como sujeito sobre si mesmo. (Kehl, 2009, p. 123)

Benjamin (1994) propõe uma reflexão interessante sobre o desaparecimento do narrador na história da civilização e as implicações disso na nossa subjetividade. O autor escreve sobre a importância da narrativa e faz algumas observações bastante pertinentes sobre sabedoria, informação e experiência. Benjamin defende que é através do narrar que é possível a troca de experiências, mas que essa prática está em vias de extinção devido ao surgimento do romance e à difusão da informação. Para o autor, o romance, diferentemente da narrativa, tem origem num indivíduo isolado, que não pode falar de suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos, nem sabe dá-los. E a informação é compreensível por si só e pede uma verificação imediata enquanto que a narrativa tem um saber que vem de longe. Além do que, a informação só tem valor no momento em que é nova enquanto que a narrativa “conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (Benjamin, 1994, p. 204).

Cada manhã recebemos notícias de todo mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da

informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. [...] Ele [leitor] é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação. (Idem, p. 203)

A arte de narrar antes tinha como cenário as rodas de artesãos em que se fiava ou tecia escutando histórias num tempo lento e distendido. A narrativa é ela própria, na verdade, uma forma artesanal de comunicação, onde o narrador “deixa sua marca” na narrativa contada, conforme Benjamin. Com a implantação do capitalismo, o trabalho artesanal foi se extinguindo levando consigo a prática de se contar e ouvir histórias num “tempo que não era rigorosamente contado pela medida do dinheiro” (Kehl, 2009, p. 163). Benjamin utiliza das palavras de Valéry ao afirmar que “o homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado” e conclui com isso que “o homem conseguiu abreviar até a narrativa” (Benjamin, 1994, p. 206).

O homem contemporâneo tem horror a tudo o que possa ser considerado “perda de tempo”, porque para ele é sinônimo de “perda de dinheiro”. Benjamin, entretanto, nos alerta sobre uma “nova forma de miséria” que está relacionada a essa perspectiva: a desmoralização da experiência. Para esse autor, há uma diferença importante entre vivência e experiência. A vivência corresponde ao que foi vivido e que produziu sensações e reações imediatas, mas não modifica necessariamente o psiquismo, ou seja, “corresponde ao uso que fazemos de grande parte do nosso tempo, sob domínio da vida produtiva nas condições contemporâneas” (Kehl, 2009, p. 161). Enquanto que a experiência seria a elaboração simbólica da vivência, que só se faz possível em momentos de devaneios, quando não se está vivendo em um automatismo apressado no qual a mente tem que responder a inúmeros estímulos.

Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. Esse processo de assimilação se dá em camadas mais profundas e exige um estado de distensão que se torna cada vez mais raro. Se o sono é o ponto mais alto da distensão física, o tédio é o ponto mais alto da distensão psíquica. O tédio é o pássaro que choca os ovos da experiência. (Benjamin, 1994, p. 204)

Hoje em dia, tais momentos de desocupação como o “estar entediado” faz com que o sujeito se sinta até desconfortável e envergonhado por isso. Nem mesmo os momentos dedicados ao lazer o indivíduo consegue desfrutar de forma tranquila e saudável.

Até mesmo o pouco tempo ocioso deve ser preenchido com alguma atividade interessante – o que torna, do ponto de vista do funcionamento psíquico, o uso do tempo livre idêntico ao do trabalho. É evidente o sentimento de mundo vazio, ou de vida vazia. A suposta falta de tempo para o devaneio e outras atividades psíquicas “improdutivas” exclui exatamente aquelas que proveem um sentido (imaginário) à vida, assim como atividades da imaginação, filhas do ócio e do abandono. Pela mesma razão também se desvaloriza, por ser “inútil” ou “contraproducente”, a experiência do inconsciente”. (Kehl, 2009, p. 161)

Em outras palavras, o tempo da contemporaneidade em sua demasia aceleração não favorece a subjetivação das vivências, levando o sujeito à impressão de um tempo vazio e um empobrecimento da vida do espírito. O sujeito, nesse sentido, sofre sem se dar conta e se convence que sua vida carece de sentido ficando suscetível a deprimir-se.

### **A subjetividade em *off***

Posta a discussão a respeito da cultura do imperativo de gozo e da dimensão de uma temporalidade regida pela produtividade e demasiadamente acelerada em que o sujeito está inserido socialmente, não se torna surpreendente o fato de que as pessoas busquem recursos para tratarem de seus sofrimentos psíquicos somente através do psicofármacos. Ou seja, as psicoterapias, na maioria das vezes, são vistas como obsoletas, uma vez que se faz necessário um investimento maior em termos subjetivo, financeiro e temporal sem ter a mesma garantia científica que os medicamentos supostamente têm. Dessa forma, os tratamentos centrados na palavra têm “valor secundário ou nulo frente às intervenções medicamentosas” (Birman, 2007, p. 244).

Os antidepressivos são apresentados na contemporaneidade como uma solução rápida e eficaz. Esse tipo de tratamento químico tem justamente o efeito demandante do

discurso capitalista: curar o sujeito de imediato do desajuste que o impede de produzir, consumir e gozar. Não é por acaso que o número de pessoas que os tomam indiscriminadamente aumenta de forma preocupante. Assim, os psicofármacos, tais como os antidepressivos e até mesmo os ansiolíticos, são concebidos como pílulas mágicas da felicidade, já que auxiliam no processo de remoção de sintomas que incomodam e desadaptam a pessoa. Com a baixíssima tolerância de toda e qualquer transformação de humor, angústia, tristeza ou outro desconforto psíquico que o sujeito contemporâneo tem, é cada vez mais comum a vulgarização da depressão e conseqüentemente a demanda de tais recursos químicos. Para os menos afortunados, em termos de conhecimento e poder aquisitivo, as drogas se tornam também uma saída para amenizar o sofrimento e gerar uma dose maciça de bem-estar. Nesse caso, entretanto, refiro-me as drogas ilícitas que, aliás, são tidas como passíveis de se obter o utópico gozo pleno em pouco tempo e sem esforço. Ressalta-se, desse modo, que o palavrear perde lugar para o dopar assim como o simbólico perde lugar para o químico. A partir dessa perspectiva, questiona-se: será que não se está confundindo o desejo com uma secreção química?

A depressão está tomando dimensões preocupantes por todo o mundo, evidenciando que há algo de sintomático não só no corpo humano, mas talvez em seu entorno. Fortes (2009) afirma: “hoje, aquele que não consegue ser feliz é visto como uma pessoa fraca e merecedora de culpa” (p. 1126). Na atualidade, “toda tristeza é vergonhosa, injustificada, e daqui por diante patológica” (Silvestre, 1999 como citado em Fortes, 2009, p. 1126). A dimensão subjetiva pede socorro por não conseguir se adequar à sociedade eufórica do gozo e do consumo. Kehl (2009) postula:

Analisar o aumento significativo das depressões como sintoma do mal-estar social no século XXI significa dizer que o sofrimento dos depressivos funciona como sinal de alarme contra aquilo que faz água na grande nau da sociedade maníaca em que vivemos. Que muitas vezes as simples manifestações de tristeza sejam entendidas (e medicadas) como depressões graves só faz confirmar essa ideia. A tristeza, os desânimos, as simples manifestações da dor de viver parecem intoleráveis em uma sociedade que aposta na euforia como valor agregado a todos os pequenos bens em ofertas no mercado. (p. 31)

Frente a essa intolerância e à patologização da tristeza perde-se um importante saber sobre a dor de viver. Aos que sofreram com uma eventual perda como a morte de

um ente querido, o rompimento de um relacionamento amoroso ou um acidente grave, por exemplo, rouba-se do sujeito o tempo necessário para buscar uma significação ao abalo sofrido. Como aponta Kehl (2009), “assistimos, assim, a patologização generalizada da vida subjetiva, cujo efeito paradoxal é a produção de um horizonte cada vez mais depressivo” (p. 52).

Quanto mais o intuito de acomodar o corpo à felicidade ganha lugar, mais a vida parece potencialmente romper o equilíbrio, logo, o “stress”, o sofrimento, as inquietações, que, no passado, pareciam engrandecer o sujeito, hoje são vistas como passíveis de quebrar a “adequação”. O passo seguinte é o de ter de sedar o que pode trazer um tipo de pane ou falência do sujeito; enfraquecido, é claro, por aquilo mesmo que quer combater. A *dose* maciça de recalque, com o intuito de pretensamente fortalecer, fragiliza o sujeito a ponto de fazê-lo temer desesperadamente a perda de tal defesa. Assim, o sofrimento hoje não é visto como algo que amadurece o sujeito, ou que lhe é próprio, ele anuncia uma falência de “tudo”, se o tudo for seu afeto de contentamento associado a um corpo mudo. (Mees, 2001, p. 13)

Birman (2007) afirma que a finalidade das práticas médica e psiquiátrica é a busca de um suposto ideal de estesia psíquica do sujeito e a normalização de seus humores tempestivos. Tal como a lógica que opera na Bolsa de Valores, o nosso humor também deve sempre estar em *alta*. O indivíduo exige saber os riscos e os ganhos de antemão que seu investimento irá lhe render. Dada a suposta infalibilidade dos psicotrópicos assegurados pelas neurociências, as psicopatologias assumem um caráter biológico na atualidade. É nesse sentido que discurso científico e econômico são mais convenientes e convincentes comparados às psicoterapias, principalmente as de orientação analítica, já que as intervenções assumem uma incidência pontual. A psicanálise, todavia, justamente tem como propósito escutar e acolher o sofrimento psíquico pois, muitas vezes, é isso que possibilita deixar aparecer aquilo que o sujeito tem de mais próprio e singular. Além do que, valorizar a dor é não permitir que os indivíduos se sufoquem pela sociedade individualista de consumo. O cenário contemporâneo aponta que a depressão vem se alastrando junto com as patologias do ato, tais como as drogadições e as compulsões, que se caracterizam pela passagem ao ato e não pelo recurso simbólico. Isso só comprova que há um sofrimento intenso na atualidade e “onde há sofrimento psíquico há lugar para a escuta do psicanalista” (Fortes, 2009, p. 1126). A psicanálise possibilita ao sujeito ressignificar o próprio sofrimento através da palavra. É através da escuta de sua história

de vida e da construção da sua subjetividade que se possibilita o tratamento da depressão. O mundo contemporâneo preza por uma vida regida por segurança e riscos mínimos buscando nos psicotrópicos a cura a depressão. Através dessa lógica, entretanto,

o campo incerto da subjetividade, tributária do movimento errante do desejo inconsciente, deve ser reduzido à sua dimensão mais insignificante a fim de que nenhum rodeio inútil se interponha entre cada projeto de vida e sua meta final. Tal desvalorização dos meios (e dos rodeios dos descaminhos, da errância e de todas as formas de digressão que permitem certo usufruto desinteressado do tempo) em prol de uma finalidade urgente e inquestionável favorece o sentimento genuinamente depressivo de desvalorização da vida. (Kehl, 2009, p. 56)

Por meio da medicalização irrestrita como solução ao pedido de ajuda dos ditos deprimidos silencia-se a voz do sofrimento, que se expressa pelo sintoma. Medicalizar, nesse sentido, significa remediar os sintomas visíveis, ao preço de se desconsiderar a dimensão simbólica e subjetiva desse desconforto psíquico. A escuta da existência e da história dos ditos depressivos, com isso, vai sendo progressivamente descartada e até mesmo, no limite, silenciada. Assim, “a leitura do mal-estar corporal assume uma direção totalmente funcional e não mais etiológica” (Birman, 2007, p. 185). Sem possibilidade de serem escutados, em uma sociedade que não proporciona o tempo subjetivo da experiência, esses indivíduos vivenciam o mais forte sentimento de desamparo, afirma Tavares (2010, p. 62). A dimensão da subjetividade acaba por ser aniquilada.

A ideia de história de uma subjetividade, articulada com o eixo do tempo, tende ao silêncio e ao esquecimento. É sempre a pontualidade da intervenção, centrada no psicofármaco, que está em questão na terapêutica do dispositivo psiquiátrico da atualidade. Jogou com isso, enfim, uma pá de cal na concepção de história como fundamento da subjetividade. (Birman, 2007, p. 186)

Os modos de vida atuais evitam qualquer sinal de mal-estar, com isso, porém, desconsidera-se que é através dessas manifestações que o corpo expressa que algo não vai bem. Mas isso é irrelevante para o sujeito atual já que ele não tem tempo para refletir sobre a origem de sua infelicidade. “A temporalidade contemporânea, frequentemente

vivida como pura pressa, atropela a duração necessária que caracteriza o momento de compreender, a qual não se define pela marcação abstrata dos relógios”, postula Kehl (2009, p. 119). Não surpreende, portanto, que a infelicidade que se finge banir através da medicalização mental mais tarde retorne de forma intensificada na forma de angústia e de vazio.

À força de acreditar no poder de suas poções, a psicofarmacologia acabou perdendo parte de seu prestígio, a despeito de sua impressionante eficácia. Na verdade, ela encerrou o sujeito numa nova alienação ao pretender curá-lo da própria essência da condição humana. Por isso, através de suas ilusões, alimentou um novo irracionalismo. É que, quanto mais se promete o “fim” do sofrimento psíquico através da ingestão de pílulas, que nunca fazem mais do que suspender sintomas ou transformar uma personalidade, mais o sujeito, decepcionado, volta-se em seguida para tratamentos corporais ou mágicos. (Roudinesco, 2000, p. 22)

Se, como vimos, o mundo contemporâneo é regido pela negação do sofrimento, pela cultura do imperativo de gozo e por um tempo demasiadamente acelerado, há na psicanálise, em contrapartida, o acolhimento à dor, a busca do desejo e um tempo que respeita a dimensão subjetiva do ser humano.

Onde quer que se encontre o sujeito, encolhido pela depressão, é lá que o analista deve ir buscar a expressão significativa de seu sofrimento. Não importa quanto ele demore até ter vontade ou forças para dirigir a palavra ao analista. O projeto pseudocientífico de subtrair o sujeito – sujeito de desejo, de conflitos, de dor, de falta – a fim de proporcionar ao cliente uma vida sem perturbações acaba por produzir exatamente o contrário: vidas vazias de sentido, de criatividade e de valor. Vidas em que a exclusão medicamentosa das expressões da dor de viver acaba por inibir, ou tornar supérflua, a riqueza do trabalho psíquico – o único capaz de tornar suportável e conferir algum sentido à dor inevitável diante da finitude, do desamparo, da solidão humana. (Kehl, 2009, p. 53)

Nesse sentido, o intuito desse capítulo não é negar que os psicofármacos também são aliados no tratamento da depressão. Posto que, em alguns casos em que a doença está mais agravada, a medicação se torna um suporte para que a pessoa consiga pelo menos levantar da cama para ir até o consultório do analista. Pontua-se, porém, que a psicoterapia

está sendo representada como um elemento periférico no dispositivo psiquiátrico da atualidade em comparação ao poder dos remédios do espírito. “O silêncio passa então a ser preferível à linguagem, fonte de angústia e vergonha” (Roudinesco, 2000, p. 30). Reduzir o tratamento da depressão a engolir pílulas diariamente sem dar ao sujeito chance de buscar uma significação para isso, é lançá-lo a vivenciar um maior sentimento de desamparo e vazio existencial que, muitas vezes, são sentidos só no a posteriori. Além disso, outro fato que comprova que os modos de subjetivação atuais apontam para a depressão ter se tornado um sintoma social é o número preocupante de tentativas e suicídios de fato. É possível pensar que esses dados apontam que a escuta e o acolhimento do sofrimento humano se fazem mais do que necessário; faz-se urgente. Então, será mesmo que soluções rápidas, fáceis e imediatas podem realmente fazer desaparecer uma dor da alma? Será que todos inúmeros ditos depressivos têm apenas *déficits* fisiológicos de determinados neurotransmissores conforme aponta o discurso neurocientífico? Precisamos falar mais disso!

## Considerações finais

Ao acompanhar o discurso freudiano, é possível considerar que o mal-estar cultural e singular, gerado pelo aumento dos casos de depressão, reporta-se ao fato do sujeito depressivo resistir aos ideais postos pela atualidade. O depressivo resiste subjetivamente à cultura do imperativo de gozo, à alienação da felicidade consumista e à temporalidade acelerada. Dimensões essas que curiosamente apontam para uma energia em *alta* enquanto que a raiz significativa do termo depressão aponta para uma *baixa*. Mas por que há um imperativo de que sempre devemos viver em *alta* se é justamente de *oscilações* que é feita a vida? Sendo assim, o sintoma está no depressivo ou na sociedade maníaca?

O padecimento e a sintomática desses sujeitos, na verdade, manifestam uma clemência por possibilidades de elaboração subjetiva e compreensão interna de sua tristeza, que é vista socialmente como vergonhosa, irritante e desnecessária. Tristeza essa que se acentua e perpetua, não raramente, por justamente não encontrar simbolização. É preciso que as pessoas se autorizem a sentir plenamente as dores: das perdas, do luto, do fracasso. Além do que, o fato de haver um imperativo de felicidade subentendido socialmente só faz o sujeito se sentir mais culpado por não cumprir com esse ideal. Porque se a regra é ser feliz, então, a dor é um desvio? E sendo desviante ela deve ser suprimida, isto é, medicada? Por aí será que não se está dopando a subjetividade, àquela que justamente poderia nos ajudar a construir os caminhos e descaminhos para a felicidade?

O discurso capitalista com sua exigência de produtividade lança o sujeito numa temporalidade urgente contada pela medida do dinheiro. Ou seja, não basta só produzir, consumir e gozar, é necessário fazer isso o mais rápido possível para “aproveitar-se bem a vida”. Mas a questão é: por que o sujeito contemporâneo tem tanta pressa? Será que é de morrer? Porque parece que é o que resta ao depressivo: morrer subjetivamente em seu vazio. Já que a pressa contemporânea não lhe permite criar um sentido de vida pautado pelo desejo.

O sintoma social, portanto, configura-se na morte da subjetividade!

## Referências bibliográficas

- Bauman, Z. (1998). O mal-estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2008). Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Birman, J. (2001). Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2006). Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Corso, D. L. (2015). A verdade diverte. *Jornal Zero Hora*, 25 de outubro de 2015.
- Cougo, R. H. F. A. & Tfouni, L. V. (2011). A constituição do Sujeito na Pós-modernidade e o Consumismo. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 11(3), 1189-1216.
- Daniel, C. & Souza, M. (2006). Modos de subjetivar e de configurar o sofrimento: depressão e modernidade. *Psicologia em Revista*, 12(20), 117-130.
- Freud, S. (1930/1992). O mal-estar na civilização (Vol. 21). São Paulo: Imago.
- Fortes, I. (2009). A psicanálise face ao hedonismo contemporâneo. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(4), 1123-1144.

- Guilyardi, H. (2001). Do Deus decaído ao homem. *Revista da APPOA*, 20, 78-83.
- Kehl, M. R. (2009). O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo.
- Mees, L. A. (2001). As várias cenas da melancolia e da depressão. *Revista da APPOA*, 20, 11-18.
- Melman, C. (2003). O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Pelbart, P. P. (1996). O tempo não reconciliado. In C. S. Katz (Org.). *Temporalidade e psicanálise*. Petropolis: Vozes.
- Queiroz, C. H. & Pinheiro, C. V. Q. (2006). Do mal-estar da existência ao biologismo das relações. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 6(1), 85-100.
- Ribeiro, E. M. (2010). Borderline: Nas bordas de quê? *Revista da APPOA*, 39, 115-125.
- Roudinesco, E. (2000). Por que a psicanálise? Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tavares, L. A. T. (2010). A depressão como "mal-estar" contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo. São Paulo: Cultura Acadêmica.